



5º Encontro Internacional de Política Social
12º Encontro Nacional de Política Social
Tema: “Restauração conservadora e novas resistências”
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Mesa coordenada: Determinantes histórico-estruturais da política social e capitalismo dependente: superexploração da força de trabalho e luta de classes.

Considerações sobre marxismo, filosofia da práxis e “questão social”*

Marina Machado Gouvêa **

Resumo: O presente artigo apresenta uma compreensão do marxismo como “filosofia da práxis” e indica a necessidade de reconhecer a partir desta compreensão a ortodoxia no marxismo como sendo a ortodoxia do método, que tenha a práxis como finalidade, fundamento e critério em uma perspectiva dialético-materialista. A partir desta compreensão, submete-se a um breve exame a categoria “questão social” e defende-se a necessidade incontornável da incorporação da teoria marxista da dependência para a investigação e atuação sobre a realidade social latino-americana que tenha como finalidade o projeto societário comunista e, portanto, para a investigação e atuação sobre a “questão social” na América Latina que busque evitar tanto o empiricismo e o ecletismo quanto o essencialismo e o dogmatismo, todos eles influxos idealistas no pensamento marxista materialmente fundamentados, que diminuem sua eficácia como arma na luta teórica e na luta política.

Palavras-chave: Marxismo; Filosofia da práxis; Questão social.

Práxis como finalidade, fundamento e critério da teoria: marxismo como filosofia da práxis

Engana-se quem pense que o objetivo do marxismo – e do materialismo dialético – é *compreender a sociedade capitalista*, ou “compreender como o capitalismo funciona”, através das relações sociais imbricadas na existência e reprodução do capital.

Este é apenas um objetivo parcial. O objetivo do marxismo – e do materialismo dialético, bem como do comunismo e do 'socialismo científico', estes últimos como correntes políticas – é *destruir o capitalismo*. Mais especificamente, constituir-se como ferramenta histórica na superação revolucionária do modo de produção capitalista; teoria que se converte em força real quando as massas dela se apoderam, informando a práxis revolucionária em sua análise do real, em seus projetos do novo e nas vias para construí-lo. Não se trata apenas de compreender, mas de transformar, e para isso, em função disso, é necessário compreender. O marxismo busca configurar-se como teoria (científica) da práxis revolucionária do proletariado e *não há verdadeiro marxismo fora de uma perspectiva comunista*.

Declarado muitas vezes em palavra e em ações por Marx, Engels, e por todas as revolucionárias e revolucionários que participaram em intentos históricos de superação do

*Versão preliminar de texto, apresentada ao Encontro Nacional de Política Social (ENPS) 2017.

**Doutora e mestre em Economia Política Internacional (UFRJ). Professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e coordenadora do Grupo de Estudos em Teoria da Dependência (GETD/CNPq-UNILA-UFMS-USP). Membro, pela seção brasileira, da Junta Diretiva da Sociedade Latino-Americana de Economia Política e Pensamento Crítico (SEPLA). E-mail: <marinagouvea@gmail.com>.

capitalismo, este objetivo – condensado lapidarmente na máxima guevarista de que 'o dever do revolucionário é fazer a Revolução' – é visível inclusive no primeiro Prefácio da principal obra de Marx com efeito dedicada à compreensão do modo de produção capitalista. Em seu prefácio ao *Capital*, o revolucionário alemão – membro da Liga dos Justos, da Liga dos Comunistas e da Associação Internacional dos Trabalhadores, além de distintas associações nacionais e de várias revistas orgânicas, obrigado ao exílio em pelo menos seis momentos distintos – afirma: “[...] a acolhida que *O Capital* rapidamente obteve em amplos círculos da classe trabalhadora alemã é a melhor recompensa de meu trabalho”¹.

A práxis constitui capacidade exclusivamente humana, entendida como atividade prática de objetivação teleológica de fins e meios idealmente projetados. Isto é, como unidade entre a 'atividade prática' de qualquer tipo e a 'atividade teórica' através da qual somos capazes de projetar idealmente tanto nossos objetivos ou finalidades quanto os meios para alcançá-los (mesmo que estes meios não estejam imediatamente colocados e se constituam, portanto, eles mesmos como objetivos intermediários - o que tem implicação tática e estratégica direta, caso se trate da práxis política). Sua forma fundamental – ou modelar e elementar, nas palavras de Lukács – é também a forma fundamental do trabalho, o 'trabalho em geral', que constitui a maneira especificamente humana – e exclusivamente humana – de reprodução material da vida, através da qual transformamos a realidade e assim nos transformamos, constituindo-nos como ser social. É, pois, através da práxis que transformamos o que existe, criando, realizando, objetivando, materializando o novo a partir do velho².

¹O primeiro volume de *O capital: crítica da economia política* é inclusive dedicado por Marx a um companheiro de luta, Wilhelm Woff, membro da Liga dos Justos e fundador, com Marx e Engels, da Liga das Comunistas (para a qual foi redigido pela dupla seu famoso *Manifesto do Partido Comunista*), combatente na insurreição de 1848, editor da *Nova Gazeta Renana* entre 1848 e 1849, exilado na Suíça em 1849 e na Inglaterra em 1851 e, nas palavras de Marx, “falecido no exílio, em Manchester, a 9 de maio de 1864” ([1867] 2013, p. 76). luta, Wilhelm Woff, membro da Liga dos Justos e fundador, com Marx e Engels, da Liga das Comunistas (para a qual foi redigido pela dupla seu famoso *Manifesto do Partido Comunista*), combatente na insurreição de 1848, editor da *Nova Gazeta Renana* entre 1848 e 1849, exilado na Suíça em 1849 e na Inglaterra em 1851 e, nas palavras de Marx, “falecido no exílio, em Manchester, a 9 de maio de 1864” ([1867] 2013, p. 76).

²Note-se que, nesta concepção, tomada de Sánchez Vázquez, de Lukács e em nosso entender também de Marx, *práxis e prática* não são sinônimos exatos, diferenciação que tem sido objeto de debate para a tradução a partir do alemão. A práxis compõe-se de 'atividade teórica' e 'atividade prática' (nas palavras de Vázquez), ou 'momento ideal' e 'momento real' (nas palavras de Lukács – e para além de uma apreensão cronológica do termo 'momento'). A 'atividade teórica' corresponde apenas ao 'momento ideal', isto é, ao espelhamento *ideal* do existente e à projeção *ideal* do novo – em termos de meios e fins –, sem por si só realizar-se, restringindo-se ao plano abstrato, sem nada concretizar. A 'atividade prática', por sua vez, corresponde àquela que efetivamente unifica 'momento ideal' e 'momento real', isto é, cria, realiza, objetiva, *concretiza* o imaginado. Pode se tratar de atividade prática de vários tipos, não apenas estritamente o trabalho. *A unidade de ambas constitui a práxis; momento ideal que parte do real e efetivamente se plasma em real*. Caso o espelhamento ideal da realidade (teórico e abstrato) seja equivocado a ponto de que os meios projetados para a concretização da finalidade pretendida se demonstrem inadequados para *qualquer tipo* de efetivação ou criação, a práxis simplesmente *não existe*, isto é, não houve a criação de nada, nenhuma mudança na realidade (concreta) – nas palavras de Lukács, a 'posição teleológica' não se efetiva. Caso

A práxis é, portanto, a **finalidade** da teoria. Bem entendido, nenhuma perspectiva teórica é absolutamente contemplativa, embora a atividade teórica não leve por si só necessariamente à atividade prática. Mesmo aquelas elaborações teóricas que pretendem sê-lo – e às vezes principalmente estas – não o são, na medida em que informam a atividade prática de maneira indireta, inconsciente ou não declarada. O marxismo, entretanto, parte do objetivo *expresso* de se constituir como ferramenta do proletariado em sua luta revolucionária pela destruição do capitalismo e pela construção processual do socialismo e comunismo, como modos de (re)produção material da vida.

Se considerarmos esta relação entre práxis, teleologia e finalidade em sua forma fundamental, percebe-se que é a partir do trabalho que *construímos a história e podemos projetar (e objetivamente criar) futuros distintos a partir das determinações existentes*. Nesse sentido, o trabalho é o modelo elementar da liberdade humana (cf. Lukács [1976] 2012, 2013). Que só existe, contudo, em suas condições materiais reais). A liberdade da criação humana (e a liberdade da alternativa na teleologia) não é ilimitada, precisamente porque é *real* e não abstrata. Está sempre condicionada pelas determinações existentes. Somos nós, gerações de mulheres e homens concretos, que fazemos a história. Este fazer está permeado pela alternativa e pela construção do novo, e é fazer concreto, liberdade efetiva. Não se dá portanto em condições abstratas e que possam ser por nós mesmos livremente escolhidas, mas sim com base nas determinações existentes, concretas – por nós idealmente espelhadas com maior ou menor correção, por meio da abstração conceitual, na unidade processual teórico-prática do fazer³.

o espelhamento ideal da realidade seja inadequado apenas a ponto de que o 'novo efetivamente criado' não corresponda exatamente – ou mesmo em nada – ao 'novo pretendido', porém haja alguma criação, a práxis se dá, isto é, o sujeito extrapola a atividade meramente teórica, unificando-a à atividade prática, embora os resultados desta atividade prática sejam distintos àqueles teoricamente pretendidos. Lembramos que o espelhamento ideal da realidade é sempre teórico e abstrato, enquanto as determinações da própria realidade, mesmo aquelas socialmente construídas – e portanto informadas pela atividade teórica – são sempre concretas, embora sua apreensão e compreensão humana requeira, por mais simples e imediata que seja esta apreensão, um processo de abstração conceitual. Tal relação é imprescindível para uma adequada compreensão dos problemas envolvidos na formulação tática e estratégica no que se refere à práxis política.

³De modo brilhante, já Marx destacava o conteúdo revolucionário da própria atividade prática na criação da realidade social como “atividade humana sensível”. O reconhecimento deste conteúdo imbricado na unidade da práxis e no processo de trabalho traz consigo inclusive a perspectiva da revolução societária, sempre condicionada pelas determinações existentes na dialética entre liberdade e determinidade, *precisamente porque existe como possibilidade* - apenas o inexistente é incondicional. Nisto, o marxismo diferencia-se de toda a filosofia anterior e de toda a ciência burguesa, reconhecendo que “[...] a coincidência entre a alteração das circunstâncias e a atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente entendida como prática revolucionária” (MARX, [1845] 2007, p. 534). *O marxismo como filosofia da práxis é portanto sempre uma teoria da revolução*, sobre a revolução e que visa à revolução, como teoria viva da transição socialista que só o é porque materialmente fundamentada na apreensão científica da realidade objetiva. (Ao partir da mesma perspectiva e empregar o mesmo método – com especial rigor na contribuição de Ruy Mauro Marini –, a teoria marxista da dependência que aqui reivindicamos também é uma teoria da revolução, configurando-se na qualidade de teoria para a transição socialista na América Latina.) Esta revolucionária capacidade humana de autorrealização não deve contudo ser entendida de modo

Claro está também que tanto os fins quanto os meios imaginados só podem ser definidos enquanto tais se valorados como positivos e adequados, isto é, a partir dos interesses e necessidades de quem os imagine. Fundamentalmente, portanto, a partir da realidade social existente (ela mesma fruto histórico da práxis), que demarca o concretamente possível a partir do que existe e o campo de ação e interesses dos sujeitos dentro das possibilidades concretas e da luta de classes, em todas as suas dimensões.

A práxis, portanto, não é apenas a finalidade da teoria. Constitui também seu **fundamento** material, na medida em que a própria realidade social é produto sensível da atividade humana. O pressuposto radicalmente materialista do marxismo e sua finalidade revolucionária permitem reconhecer a relação entre práxis e realidade social, bem como a práxis como fundamento da teoria.

Para o marxismo se impõe a necessidade de tomar conscientemente como fundamento da elaboração teórica a realidade social em sua totalidade e sua processualidade prática, com a finalidade de atuar teleologicamente visando à transformação revolucionária do real.

A principal dificuldade que se impõe aqui decorre de que as determinações sociais têm caráter objetivo para aqueles e aquelas que as põem: para cada indivíduo, a realidade social aparece como 'realidade externa', objetiva, e não como fruto de uma série de objetivações (na sociedade capitalista, fetichizada). A tarefa impõe apreender a realidade social no conjunto de suas determinações – tanto em suas determinações mais essenciais quanto naquelas mais fenomênicas, e para além de sua 'aparência objetiva', sempre subjetivamente percebida. Requer percebê-la em sua historicidade, isto é, em sua existência material, como fruto de muitas séries de objetivações prévias. As determinações mais essenciais da realidade social, que sobredeterminam as demais (isto é, condicionam o movimento das demais) são precisamente aquelas que *determinam sua existência*, relacionadas à produção material da vida humana. E aqui é fundamental ressaltar que, em que pese a tendência do essencial a universalizar-se (na medida em que concretamente sobredetermina o movimento do real), nem todos os conjuntos de determinações concretas perceptíveis como universais em uma determinada sociedade têm caráter sobredeterminante ou essencial sobre a reprodução material da vida naquela configuração societária⁴.

essencialista e idealista, como algum tipo de essência que se autodiferencia de si mesma realizando-se na história, sob a pena de perder a um só tempo sua capacidade objetivamente ontológica e seu vigor revolucionário.

⁴A relação entre universalidade e essencialidade é complexa. Passa pela compreensão da categoria 'momento predominante' e constitui inclusive um ponto de divergência entre György Lukács e Adolfo Sánchez Vázquez, em

O processo de abstração requerido no materialismo dialético não é aquele que busca na realidade (concreta) seus traços mais universais, como quando projetamos idealmente um conceito qualquer, o conceito de “garrafa”, por exemplo, a partir das determinações universais a muitas garrafas singulares. A apreensão das determinações concretas imediata e empiricamente perceptíveis em uma garrafa singular (e.g. a cor da tampa, seu formato, material, etc.), ou mesmo a apreensão daquelas determinações concretas imediata e empiricamente perceptíveis porém dotadas de universalidade em relação a outras garrafas e, portanto, aparentemente “mais essenciais” (e.g. o fato de *ter* uma tampa, de seu o formato *ser contenedora*, o material *impermeável*, etc.), na realidade não refletem aquelas determinações mais essenciais, na medida em que *não refletem a própria existência da garrafa*. O problema a ser superado aqui não é o caráter conceitual da apreensão, uma vez que todo espelhamento humano sobre o real é conceitual e abstrato. Trata-se de problematizar a via empreendida no esforço de apreensão, que toma a garrafa como dada, como se houvesse sempre estado lá, fora da *processualidade histórica* e do processo de (re)produção que permite a própria existência da garrafa em questão. Note-se que mesmo processos de abstração e elaboração teórica mais complexos, que busquem sair do domínio do “empiricamente verificável” e da falsa divisão formal entre sensação e razão (e.g. a inferência sobre os motivos pelos quais garrafas devem ser impermeáveis, ou a inferência sobre o que determina a cor de sua tampa), seguem incorrendo no mesmo erro quando partem da *busca pela universalidade na realidade dada*, ao invés de *buscar compreender as determinações mais essenciais à própria existência do real, entendendo-o como processo em seu movimento histórico*⁵.

nosso entender, na medida em que impacta a adoção da concepção de direcionalidade na história – defendida por Lukács em termos da tendência não linear ao progressivo incremento da socialidade e genericidade mediante a universalização das determinações “especificamente humanas”. Tocamos minimamente nessa questão em nossa tese de doutoramento (cf. MACHADO GOUVEA, 2016), embora ainda sem articular propriamente o debate no sentido que buscávamos nos propor.

⁵O materialismo dialético não tem nenhum outro pressuposto além da própria existência (histórica e sempre cambiante). Não idealiza nenhum tipo de “essência” ou “natureza” humana. Busca compreender as determinações e sobredeterminações da realidade social tomando como pressuposto tão somente o fato de que “os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’” (MARX; ENGELS, 2009, p. 32-33). Ou, em outra formulação, seu fio condutor é o suposto materialista de que “para fazer história, os homens precisam estar vivos” (MARX, [1859] 1985). As determinações mais essenciais da realidade social devem ser buscadas, portanto, no movimento histórico de (re)produção material da vida: “Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história [...]” (MARX; ENGELS, 2009, p. 33). É este o pressuposto que orienta a teoria marxiana sobre o modo de produção capitalista, que compreende dialeticamente a ‘produção, compra e venda de mercadorias’ como o conjunto de determinações mais essenciais deste modo de produção, na medida em que é através da produção, compra e venda de mercadorias que se dá a produção material da vida no capitalismo. *Não se trata de “contar a história do capitalismo”*, isto é, de reproduzir um conto sobre o comércio, a usura, a expropriação da terra, a urbanização, a industrialização... *Trata-se de compreendê-la historicamente*, em suas determinações e sobredeterminações. E é isso que permite, inclusive, a efetiva compreensão da história do

Em nosso exemplo, a garrafa não é uma “garrafa ideal”, mas uma garrafa concreta, em todas as suas determinações, mais essenciais ou menos essenciais. Existe concretamente sob determinadas relações sociais. No caso de uma garrafa em uma sociedade capitalista, trata-se concretamente de uma mercadoria, embora percebê-lo exija um esforço de abstração. As determinações próprias à forma mercadoria são aquelas que determinam a portanto a existência da garrafa concreta, na medida em que esta foi produzida para ser vendida com lucro, através de trabalho assalariado. Compreender aquele conjunto de determinações mais essenciais não apenas permite deixar de desconsiderar materialmente a própria existência da garrafa, mas também ressignificar suas determinações menos essenciais (e.g. a cor da tampa, azul, pode ser agora compreendida a partir da produção que vise a obter garrafas entendidas socialmente como a mercadoria 'garrafa de água pura' e não apenas como a mercadoria 'garrafa'). A realidade social, como produto da práxis humana, *é e não é* todas suas determinações, na medida em que estas se contrapõem e se sobredeterminam na (re)produção material da vida, em um movimento continuado de sobredeterminação do fenomênico pelo essencial.

Podemos, através do primeiro tipo de abstração, encontrar determinações muitíssimo relevantes (como o individualismo, o consumismo, a desigualdade...). Mas só através do segundo, a partir de um esforço materialista e dialético, é possível realmente compreendê-las. E, portanto, projetar meios adequados para destruí-las e superá-las.

A abstração que busca reconhecer apenas o que é “comum”, “frequente” e “universal” não reconhece a própria existência do real e, ao assumir o universal como necessariamente essencial, cria uma absurda contradição entre essência e existência. Ao não se perguntar sobre o que determina a existência no processo de espelhamento teórico da realidade, reifica o real, *considera que o que existe sempre existiu e sempre existirá*. Encontra, por vias pretensamente materialistas, uma concepção idealizada sobre a essência do real e não

capitalismo, suas tendências a partir do movimento de suas principais determinações e contradições. Assim, Marx não se propõe nada além disso (e se propõe tudo isso): O método de exposição de suas conclusões (a partir deste conjunto de determinações que, por sua essencialidade, determina o conjunto da reprodução social) leva Marx a dedicar o capítulo 1 do *Capital* à “Mercadoria” (cf. Rosdolsky, ou mesmo o próprio Marx [1857]). Ou a indicar, na primeira página, em clara analogia com o texto da *Ideologia Alemã*: “[...] toda coisa útil, como ferro, papel, etc., deve ser considerada sob um duplo ponto de vista: o da qualidade e o da quantidade. [...] Descobrir [...] as múltiplas formas de uso das coisas é um ato histórico” (MARX, [1867] 2013, p. 113). É este mesmo método que leva à escolha da primeira fase do livro: “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma 'enorme coleção de mercadorias' e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria” ([1867] 2013, p. 113). Claro está, a investigação não “começa” exatamente por aí, como muitas vezes esclarecido pelo próprio Marx. Mas a exposição deve fazê-lo (se o objetivo desta exposição é permitir a compreensão por parte de outras pessoas, isto é, é empreender a luta teórica), uma vez que as determinações de caráter mais essencial à existência material têm papel sobredeterminante no movimento concreto da história e é à sua luz que devemos compreender determinações de caráter mais circunstancial, em nosso esforço continuado de espelhamento ideal do real com vistas à transformação revolucionária do real.

reconhece a concretude das determinações essenciais, plasmando-se frequentemente em concepções empiricistas e em concepções essencialistas, cada uma desconhecendo à sua maneira o movimento do real.

A finalidade revolucionária do marxismo requer superar a confusão da aparência imediata do concreto e, através de contínuos processos de abstração e síntese teleologicamente orientados, compreender os movimentos de determinação e sobredeterminação histórica, espelhando ontologicamente o real em continuada autocrítica no confronto com a própria práxis.

É fácil perceber o fundamento material da impossibilidade da ciência burguesa em empreender esse processo. É bem verdade que este mesmo fundamento material (a reprodução do capitalismo) também determina influxos idealistas no próprio marxismo, compreensíveis na luta de classes e que nela cumprem papel relevante, na medida em que roubam vigor revolucionário à atividade prática assim informada. Está aberta a tarefa de compreensão da própria história do marxismo em sua historicidade.

Por outro lado, atuamos *sempre* teleologicamente, isto é, nossa atividade está sempre orientada a fins previamente determinados; projetamos idealmente os fins e os meios para alcançá-los, mesmo quando nosso espelhamento ideal da realidade seja equivocado em termos das determinações relevantes para a transformação pretendida, e os meios projetados sejam realmente inadequados para realizá-la.

Daí se depreende que a veracidade de uma elaboração teórica (isto é, a adequação da atividade teórica em termos do espelhamento do real e da ideação, a partir deste espelhamento, dos fins pretendidos e dos meios adequados para alcançá-los) só pode ser verificada na medida em que esta informe a atividade prática, por meio da verificação dos resultados da práxis em sua unidade. A práxis é, portanto, também **critério** da teoria⁶.

Novamente aqui a constatação é válida para a relação entre teoria e práxis de maneira geral. No entanto, se considerarmos a finalidade prática do marxismo e seu radical fundamento na práxis como produtora da realidade social, isto é, se considerarmos a relação entre 'teoria revolucionária' e 'práxis revolucionária', a questão ganha tintes particulares. O embate entre distintas formulações táticas e estratégicas (e o fundamento material deste embate) requer a

⁶“A questão de se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva [*gegenständlich Wahrheit*] não é uma questão da teoria, mas uma questão *prática*. Na prática tem o homem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza criterior [*Diesseitigkeit*] de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não realidade de um pensamento que se isola da prática é uma questão puramente *escolástica*” (MARX, [1888] [[1845]] 2007, p. 537)

continuada autocrítica por meio da verificação prática da teoria⁷. Uma aproximação marxista deve reconhecer que *as categorias não existem em abstrato*. Ao contrário, expressam determinações concretas, cujo espelhamento teórico-conceitual pode ser mais adequado ou menos adequado às determinações do real. Este espelhamento é objeto, ele mesmo, de profundas controvérsias – sócio-historicamente determinadas e marcadas por posicionamentos contrapostos, ou mesmo antagônicos.

A verificação prática da verdade teórica não é contudo tão simples quanto pode aparentar ser em uma primeira percepção. Nem no referente à práxis em geral, e muito menos no referente à práxis que se pretenda revolucionária (e que, claro está, não pode ser revolucionária simplesmente pela intenção de sê-lo ou porque se formula como tal; só é revolucionária se *no próprio processo histórico cumpre este papel*).

De caráter lapidar, a formulação de que 'a práxis é o critério da verdade' não se encontra expressa exatamente desta maneira em nenhuma obra clássica do marxismo, tendo sido, contudo, repetida e reproduzida muitas vezes como máxima filosófica ao longo do último século. É atribuída com frequência às *Teses sobre Feuerbach* (MARX, [1888] [[1845]] 2007) e a *Materialismo e empirocriticismo* (LENIN, [1909] 1946). Trata-se de uma das mais importantes formulações marxistas, mas não deve ser tomada ingenuamente, como imediata e simples.

Impõem-se, aqui, dois problemas: O primeiro: em que sentido tomar a práxis como critério da verdade se considerarmos que as falsas apreensões da realidade também têm a realidade social e a práxis como fundamento material e também podem ter efetividade social real? Com referência a esta dificuldade, deve-se tomar como critério a práxis em seu conjunto, isto é, não apenas a existência de novas objetivações, mas a correspondência entre os objetivos pretendidos e aqueles realizados.

O segundo problema é mais complexo: como verificar esta correspondência?

⁷A dialética entre fins e meios passa pela dialética entre liberdade e determinidade, ambas historicamente construídas e historicamente limitadas e condicionadas. Os fins livremente projetados orientam a atividade prática e determinam a projeção dos meios necessários à sua realização (em relação real na qual “os fins justificam os meios”, que pode ser usada na práxis política tanto para reivindicar o pragmatismo reformista quanto a necessidade de vanguarda no processo revolucionário). Por outro lado, os meios existentes, bem como aqueles que vão sendo criados pelos homens e mulheres concretos em seu fazer histórico, determinam o rol das possibilidades abertas. Determinam aquilo que pode ser efetivamente criado e inclusive aquilo que pode chegar a sequer ser imaginado, na medida em que a humanidade só se coloca aquelas perguntas cuja resposta já existe em germe, a partir das contradições existentes (cf. Marx, [1859] 1985). Ei-lo em poesia, para ambos os sentidos: nenhum vento é favorável, para quem não sabe a que porto se dirige (a finalidade orienta os meios). Ao mesmo tempo, não há caminho, o caminho se faz ao andar (as determinações existentes e aquelas que vão sendo construídas limitam as finalidades que podem ser através delas realizadas – mesmo quando as finalidades pretendidas ou anunciadas sejam distintas daquelas cujo caminho de concretização se vai historicamente produzindo).

A própria estrutura da práxis como atividade prática teleologicamente orientada a um fim idealmente projetado, por meios idealmente projetados, supõe a capacidade humana de abstração conceitual – *e não pode dela prescindir*. A verificação prática de uma formulação teórica não se dá por mera *constatação empírica* dos resultados objetivados e sequer é possível de maneira estritamente sensorial. Dada a forma especificamente humana de apreensão do mundo, este só pode ser apreendido conceitualmente. Precisamente a partir da mediação por aquela que viemos denominando como 'atividade teórica'! Isso sempre ocorre. Mas quanto menos imediata é a verificação prática, maior a necessidade da mediação teórica, o que implica problemas adicionais se considerarmos que, na luta de classes, a práxis de uns deve considerar, como determinações relevantes, a práxis de outros, tendo-a inclusive como finalidade, em sua liberdade e em suas condicionantes históricas⁸.

Se por um lado a verificação da verdade teórica não pode jamais se dar em âmbito meramente teórico, por outro, a verificação da verdade teórica pela práxis passa sempre pela apreensão teórica acerca dos resultados objetivados em sua relação com as finalidades pretendidas! Eis mais uma raiz dos embates acerca da tática e estratégia e de sua vinculação à 'análise concreta da realidade concreta', junto ao fundamento material dos distintos interesses e ao condicionamento por este fundamento das finalidades almejadas. Também nesse sentido o marxismo deve ser entendido como filosofia da práxis, que precisa apreender teoricamente a

⁸A título de ilustração: suponhamos a controvérsia sobre se um copo contém veneno ou não. A verificação prática sobre a verdade teórica poderia se dar quando Maria beba o líquido do copo. Mas por mais empírica que possa parecer, a constatação de que “Maria está morta” ou “Maria está viva” passa pela mediação dos conceitos abstratos 'morta' e 'viva', que têm fundamento material e através dos quais apreendemos a realidade – tendo a práxis, ou a transformação do real para nossa própria reprodução material, como finalidade última. Caso se argumente, por exemplo, que o copo contém veneno em pequena quantidade e Maria 'morrerá aos poucos', a verificação prática da verdade teórica se torna ainda mais mediada teoricamente. A possibilidade de generalização de meios – entendidos aqui também como instrumentos, mas para além de uma coleção de 'instrumentos' – verificados como eficazes para a concretização de determinados fins (empregando-os para a consecução de outras finalidades e mesmo imaginando novos fins antes inimagináveis, quando não existiam aqueles meios), encontra-se na base da ciência. Encontra-se na base também da ideia de “progresso científico” linear que autonomiza o desenvolvimento das forças produtivas face às relações sociais de produção sob as quais este concretamente se dá e que, neste processo, reproduzem-se. Tal descolamento se amplia historicamente com o próprio desenvolvimento das forças produtivas, reificando o progresso técnico e criando a aparência de que a produção científica não tem a realidade social como fundamento e finalidade, na medida em que a mediação teórica da verificação prática se incrementa. Ao unificar a 'atividade humana sensível' e compreender a própria práxis humana em sua historicidade (utilizando a lógica dialética a partir do mundo material como pressuposto), o marxismo rompe com toda a filosofia anterior – assim como uma sociedade socialista, ao reorganizar conscientemente a produção, pode romper com aquele descolamento (embora não o faça necessariamente, dada sua própria contradição estruturante fundada na contradição entre emulação material e emulação consciente na reprodução material da vida). A separação mecânica e enganosa entre “razão e sensação”, que não percebe a necessidade de elaboração abstrata para a verificação de determinações concretas, encontra-se na origem da contraposição, por exemplo, entre racionalismo e empirismo, e leva ambos ao idealismo. No caso do marxismo, sua finalidade transformadora da realidade permite o esforço por não reificá-la e a compreensão do caráter revolucionário e criador da práxis humana que, ao mesmo tempo, subsidia sua intenção revolucionária e sua necessidade de compreensão ontológica do real, que supõe a continuada autocrítica.

sua própria capacidade de constituir-se em ferramenta da práxis revolucionária.

Assim, a atividade teórica em seu conjunto, considerada também ao longo de seu desenvolvimento histórico, somente existe por e em relação com a prática, já que nela encontra seu *fundamento*, seus *fins* e *critério* de verdade. Isso é tanto mais verdadeiro no que se refere à práxis revolucionária, na medida em que os nexos de causalidade que lhe são relevantes não são de nenhuma maneira apreensíveis na aparência fenomênica imediata⁹.

- Algumas considerações metodológicas para a análise da “questão social”

As muitas expressões da ‘questão social’ não devem ser dissociadas, uma vez que esta remete à contradição indissociável, antagônica e irreconciliável entre o caráter cada vez mais social da produção e o caráter cada vez mais privado da apropriação – isto é, à tendência ao incremento da socialidade na produção e da concentração na apropriação que constitui a legalidade geral do próprio modo de produção capitalista (MARX, 1977). A partir desta constatação, que se difunde pela tradição marxista no Serviço Social brasileiro no bojo do Movimento de Reconceituação, é comum estabelecer-se um paralelo entre a ‘questão social’ como conjunto das contradições mais essenciais à reprodução capitalista e suas determinações históricas concretas enquanto o conjunto das refrações da ‘questão social’, que se reconfiguram na medida em que a questão social se produz e reproduz ampliadamente, isto é, na própria reprodução ampliada de capital.

Faz-se necessário, contudo, reconhecer que as categorias têm existência concreta, em todo seu conjunto de determinações. A relação entre conteúdo e forma não pode jamais ser confundida com uma equivocada contraposição entre essência e existência. Todas as determinações reais têm existência concreta. Mesmo que, dada a forma da práxis humana, só possam ser apreendidas de modo teórico-conceitual. Caso busquemos uma apreensão efetivamente materialista sobre a realidade social, isso supõe uma sucessão de movimentos de

⁹“Com Marx, o problema da práxis como atividade humana transformadora da natureza e da sociedade passa para o primeiro plano. A filosofia se torna consciência, fundamento teórico e seu instrumento. A relação entre teoria e práxis é para Marx teórica e prática: prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, molda a atividade do homem, particularmente a atividade revolucionária; teórica, na medida em que esta relação é consciente” (VÁZQUEZ, [1967] 2007, p. 109).

abstração e síntese que investigue a reprodução material da vida, chegando a suas determinações mais essenciais e reinvestigando-as sob a ótica das determinações mais fenomênicas, ressignificadas. A necessidade do movimento dialético de abstração e síntese e a impossibilidade de verificação prática que prescindia da atividade teórica não significam que as determinações em si sejam abstratas, o que as reduziria à esfera da atividade teórica e da não existência, levando facilmente à concepção hegeliana sobre determinações essenciais ideais que “se desdobram”, “se realizam”, “se objetivam” ou “se manifestam” na realidade. Este é um perigo na análise da ‘questão social’ e de suas refrações.

Para escapar ao empiricismo e investigar cientificamente a realidade social com o objetivo de transformá-la, não se trata portanto de reconhecer as “determinações abstratas” de caráter mais essencial na reprodução material da vida, mas sim as determinações concretas de caráter mais essencial. É necessária maior abstração para apreender as determinações mais essenciais da realidade social, mas isso não faz delas “determinações abstratas”. Da mesma maneira, a ‘questão social’ não existe abstratamente, manifestando-se ou objetivando-se apenas em suas expressões – a legalidade implicada na contradição entre aumento da socialidade e concentração da propriedade na reprodução ampliada do capitalismo não existe dissociada de sua historicidade e é exatamente esta historicidade que constitui a base material de sua generalização e reprodução.

As determinações mais essenciais que o saber real descobre nas relações reais não são abstratas no sentido da identificação de ‘algo comum’ a todos os indivíduos ou a todas as situações particulares concretas. Somente identificar as características comuns a todas as situações particulares concretas ignora a própria existência concreta daquelas mesmas situações. Isto é, compará-las em suas particularidades e apreender daí o geral ignora que aquelas próprias situações são processualidade e produto social, determinado em primeiro lugar por sua reprodução material através de relações sociais de produção concretas (cf. VÁZQUEZ, 2007).

Assim, é na dialética entre determinação e sobredeterminação que se deve analisar as particularidades concretas da questão social na América Latina. Não a partir de uma

análise crítica da bibliografia existente sobre a “formação social brasileira” ou mesmo a “formação social latino-americana” em sua unidade e diversidade que busque encontrar, naquela geografia, os “traços universais” da formação histórica latino-americana, que a singularizam e particularizam.

Como procuramos indicar, a busca pela universalidade que não parte do processo de abstração que permite identificar as determinações mais essenciais à reprodução material da vida reifica e desistoriciza a realidade, idealizando-a.

Assim, a mera identificação do “desemprego estrutural”, “subemprego”, da “desigualdade”, “da questão agrária”, “da heterogeneidade estrutural”, do “baixo conteúdo industrial”, ou mesmo da “dependência, não os explicam e não facilitam compreendê-los em suas determinações reais.

Consideramos que, ao serem tratadas as particularizações da “questão social” na América Latina a partir de uma abordagem eclética e empiricista, incorre-se ao mesmo tempo em uma abordagem essencialista sobre as determinações que compõem essencialmente a “questão social”, uma vez inviabilizada sua compreensão histórica. Não entender a especificidade da ‘questão social’ na América Latina (e suas implicações em termos de política social) supõe a construção ideal de uma “essência do capitalismo” que seria válida independente de sua historicidade – isto é, de sua existência – e sua transposição mecânica para toda a realidade social.

Como bem indicava Ruy Mauro Marini (1973), na América Latina mais do que um pré-capitalismo (ou qualquer espécie de ‘permanência do velho no novo’, que também colocaria essência e existência em contradição), o que se tem é um capitalismo sui generis, “que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional”. Esta notória concepção frequentemente é utilizada apenas para contrapor a singularidade de nosso “capitalismo sui generis” ao desenvolvimento capitalista “clássico”. Claro está que o desenvolvimento capitalista em regiões dependentes tem caráter singular frente ao desenvolvimento capitalista nos centros que se constituem atualmente como centros imperialistas. Cabe frisar, contudo, que todas as experiências históricas são singulares em sua concretude, construídas por mulheres e homens concretos. Assim, a proposição de Marini não deve ser entendida apenas na contraposição a outra experiência histórica específica, ou em estudos de ‘desenvolvimento comparado’ (embora aquela assumia também sentido singular – que lhe confere sua classicidade – na medida em que é a história do capitalismo que promove a subordinação e unificação das

histórias de distintos grupamentos humanos enquanto História Universal). Trata-se também da compreensão do movimento histórico das próprias determinações essenciais da reprodução capitalista em sua concretude, destacadas com especial ênfase “[...] frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro” (idem). Isto é: na medida em que não é possível separar forma e conteúdo, ou fenômeno e essência, sem recair em uma perspectiva idealista.

É passada a hora de resgatar a teoria marxista da dependência, formulada na perspectiva do marxismo como filosofia da práxis, para a compreensão e a atuação sobre a “questão social” na América Latina, posto ser esta a mais fértil formulação marxista que tem a práxis como fundamento e critério e a transformação revolucionária da realidade social latino-americana como finalidade.

Referências

LUKÁCS, György. Prefácio. In: **História e consciência de classe**. Trad.: Rodnei Nascimento. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

_____. [1976]. **Para uma ontologia do ser social**, v.1. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. [1976]. **Para uma ontologia do ser social**, v.2. Trad. Nelio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. [1984]. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. Trad. Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

MACHADO GOUVEA, Marina. **Imperialismo e método**. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

MARX, Karl [1857]. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo: 2009.

MARX, Karl [1857]. Para a crítica da Economia Política (Introdução). In: _____. **Para a Crítica da economia política; Salário Preço e Lucro; O Rendimento e Suas Fontes**. Traduções de Edgard Malagodi, Leandro Konder, José Arthur Giannotti e Walter Rehfed. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl [1859] Para a crítica da economia política (Prefácio). In: _____. **Para a Crítica da economia política; Salário Preço e Lucro; O Rendimento e Suas Fontes**. Traduções de Edgard Malagodi, Leandro Konder, José Arthur Giannotti e Walter Rehfed. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl [1867]. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Livro I – O Processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

____ [1885]. **O Capital: crítica da economia política**. Livro II: O processo de circulação do capital. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 1v.

____ [1894]. **O Capital: crítica da economia política**. Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Nova Cultural, 1986. 2v.

MARX, Karl [1867]. Prefácio [à primeira edição em alemão]. In: _____. **O capital. Crítica da economia política**. Livro I. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo. 1a Ed. Trad.: Rubens Enderle. 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich [1845-46]. **A Ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich [1848] **Manifesto do Partido Comunista**. In: _____. Obras Escolhidas. 10 ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2011.

MARINI, Ruy Mauro [1973]. Dialectica de la dependencia. Disponível em: <www.marini-escritos.unam.mx>.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo [1967a]. “O conceito de essência humana em Marx”. In: _____. **Filosofia da práxis**. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2007.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo [1967b]. “Sobre a alienação em Marx”. In: _____. **Filosofia da práxis**. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2007.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo [1967;1980]. **Filosofia da práxis**. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2007.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo [1997]. “La filosofía de la práxis”. In: _____. **De Marx al marxismo en América Latina**. México, DF: Ed. Ítaca, 1999. p.49-84.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. “À guisa de epílogo”. In: _____. **Filosofia da práxis**. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2007.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ [1967]. “O conceito da essência humana em Marx”. In: _____. **Filosofia da práxis**. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2007.